



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Executivo**  
**Assistente Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O medo desvia o foco e inibe energias para atingir objetivos.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
  - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Leia o texto abaixo para responder às questões de número 1 a 7.

*Agitador cultural, artista plástico, cenógrafo, jornalista, analista geopolítico, escritor, arquiteto e engenheiro de formação, Flávio de Carvalho (1899-1973), figura excêntrica ou mesmo marginal na história da modernidade artística brasileira, tem sido retomado nos últimos anos, como atestam recentes publicações e exposições acerca de seus trabalhos.*

*Conhecido mais por suas pinturas e por suas polêmicas experiências artísticas, pouco se fala de sua produção no campo da arquitetura. Após concluir o curso superior em Engenharia Civil em Newcastle, norte da Inglaterra, Flávio retornou ao Brasil em 1922 e passou a trabalhar no escritório Ramos de Azevedo até 1926, quando abriu seu próprio escritório no centro da cidade de São Paulo.*

*Se foi Gregori Warchavchick (1896-1972) quem publicou no Brasil o primeiro manifesto a favor da arquitetura moderna, em 1925, Flávio de Carvalho é quem realiza, em 1927, aquele que é considerado o primeiro projeto de arquitetura moderna no país. Sob o pseudônimo de Eficácia, o projeto excêntrico é feito para o concurso do Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Embora derrotado, seu trabalho gera polêmica e produz discussões, ao apresentar inovações estilísticas e estéticas para o período, rendendo três artigos de Mário de Andrade com elogios e críticas, publicados no jornal Diário Nacional.*

*Seus projetos de arquitetura moderna, entretanto, só se concretizaram quando realizados em terras da família e construídos com verbas próprias. Em 1936, iniciou a construção da Vila Modernista, concluída em 1938: um conjunto de 17 casas de aluguel localizadas no atual bairro Jardim Paulista (São Paulo-SP), na esquina da Alameda Lorena com a Rua Rocha de Azevedo. Elas vinham com uma “bula”, folheto informativo explicando os modos de uso que potencializariam sua habitação, que destacava: “Casas frias no verão e quentes no inverno”.*

*Em 1938, Flávio de Carvalho construiu a Casa Modernista da Fazenda Capuava, na cidade de Valinhos-SP. De acordo com Flávio, em entrevista concedida a Dulce Carneiro, sua casa é concebida “(...) dentro de uma visão poética, é produto de pura imaginação, tentando criar uma maneira ideal de viver”.*

*Com a conclusão da casa, Flávio passou a viver nela, que além de moradia funcionava como ateliê, onde vivenciava sua maneira ideal de viver. A casa era “(...) um misto de templo e aeronave, (...) uma aposta na continuidade do fazer artístico no espaço da existência (...). A reunião de materiais improváveis como o alumínio e a madeira, a escala dos espaços, a preocupação com detalhes como o tipo e a forma das maçanetas e armários, a policromia dos tetos, paredes e colunas, a conexão entre portas e janelas nas quinas de alguns cômodos, a integração entre espaços internos e externos, o paisagismo, enfim, a totalidade arquitetônica foi dimensionada cuidadosamente por Flávio de Carvalho. Mais do que uma máquina de morar, ele conseguiu um ninho ao mesmo tempo primitivo e futurista”.*

(Adaptado de: STEVOLO, Pedro Luiz, “A Casa Modernista de Flávio de Carvalho”. Disponível em: [www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br))

1. Conforme o texto,

- (A) as construções de Flávio de Carvalho primavam por seu aspecto imaginativo, o que as distanciava da configuração de ambientes ideais para viver.
- (B) embora sua Casa Modernista, construída em Valinhos, tenha lhe rendido reconhecimento nacional, Flávio de Carvalho é obrigado a habitá-la por falta de recursos para seus projetos arquitetônicos.
- (C) a Vila Modernista, construída na cidade de São Paulo, é o perfeito exemplo da junção das habilidades de Flávio de Carvalho como arquiteto e como artista plástico e cenógrafo.
- (D) com ideias inovadoras em arquitetura nos anos de 1920, a ponto de ter merecido a atenção de Mário de Andrade, Flávio de Carvalho termina por ser mais conhecido como artista plástico.
- (E) o projeto *Eficácia*, apresentado por Flávio de Carvalho para um conjunto de habitações populares em São Paulo, é criticado por seus aspectos transgressores, contrários aos preceitos de Gregori Warchavchick.

2. O segmento de mesma função sintática que *engenheiro de formação* (1<sup>o</sup> parágrafo) encontra-se em:

- (A) *figura excêntrica ou mesmo marginal* (1<sup>o</sup> parágrafo)
- (B) *a Casa Modernista da Fazenda Capuava* (5<sup>o</sup> parágrafo)
- (C) *a escala dos espaços* (último parágrafo)
- (D) *uma maneira ideal de viver* (5<sup>o</sup> parágrafo)
- (E) *uma máquina de morar* (último parágrafo)



3. O início do 3º parágrafo introduz uma
- (A) contradição entre a obra de Gregori Warchavchick e a prática de Flávio de Carvalho como arquiteto.
  - (B) condição para o que está expresso na oração iniciada por “Flávio de Carvalho”, que não teria executado seu projeto sem ter antes conhecimento do texto de Gregori Warchavchick.
  - (C) hipótese a respeito da publicação de Gregori Warchavchick, corroborada pelo primeiro projeto moderno do país, de Flávio de Carvalho.
  - (D) contraposição entre Gregori Warchavchick e Flávio de Carvalho, que poderia ser ainda mais destacada com o uso dos termos “por um lado... por outro...”.
  - (E) correção histórica ao fato de Flávio de Carvalho ter sido relegado a segundo lugar em relação a Gregori Warchavchick, pois aquele é quem foi o primeiro arquiteto modernista brasileiro.
- 

4. As frases abaixo referem-se à pontuação do texto.
- I. Imediatamente após *materiais improváveis* (último parágrafo), pode-se acrescentar dois-pontos, uma vez que se segue uma sequência de exemplos para essa expressão.
  - II. No 4º parágrafo, os parênteses servem para isolar uma informação complementar, mas não essencial ao entendimento da frase.
  - III. O segmento *além de moradia* (último parágrafo) não pode ser isolado por vírgulas, pois acarretaria uma separação entre sujeito e verbo.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) II.
  - (C) I.
  - (D) I e II.
  - (E) III.
- 

5. *Seus projetos de arquitetura moderna, entretanto, só se concretizaram quando realizados em terras da família e construídos com verbas próprias.* (4º parágrafo)

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantêm a coerência e a correção, encontra-se em:

- (A) Contando com dinheiro próprio e em terras familiares, os projetos de arquitetura moderna de Flávio de Carvalho podia se realizar.
  - (B) Os projetos de arquitetura moderna de Flávio de Carvalho, entretanto, eram realizados exceto com dinheiro próprio e em terras de família.
  - (C) Todavia, as suas custas e com terras de família que foram realizados os projetos de arquitetura moderna de Flávio de Carvalho.
  - (D) Assim se realizava, apenas nas terras da família de Flávio de Carvalho, e com dinheiro próprio, os projetos de arquitetura moderna.
  - (E) No entanto, apenas se realizados em terras de sua família e às suas próprias custas é que os projetos de arquitetura moderna de Flávio de Carvalho se concretizavam.
- 

6. Mantendo-se o sentido e a correção da frase, as expressões “ao apresentar” e “rendendo” (3º parágrafo) podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) desde que apresentou – uma vez que rendeu
  - (B) quando apresentou – desde que rendeu
  - (C) pois apresenta – de modo que rende
  - (D) ainda que apresente – pois rende
  - (E) salvo se apresentasse – posto que rende
- 

7. Nos segmentos *Elas vinham* (4º parágrafo), *que destacava* (4º parágrafo) e *que além de moradia* (último parágrafo), os pronomes referem-se, respectivamente, a:

- (A) casas – bula – casa
  - (B) terras da família – folheto – casa
  - (C) casas – habitação – Flávio
  - (D) casas – folheto – Flávio
  - (E) terras da família – bula – casa
-

**Raciocínio Lógico-Matemático**

8. Considere as seguintes sentenças:

Se Cláudio candidatou-se ao cargo, então Bruno também se candidatou.

Se Bruno candidatou-se ao cargo, então Alice também se candidatou.

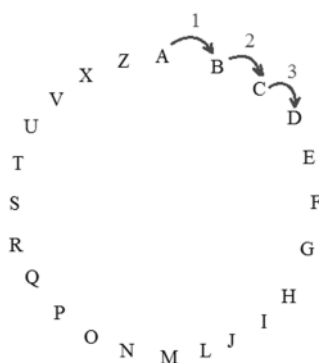
Sabe-se que Bruno não se candidatou ao cargo. Considere as sentenças abaixo.

- I. Cláudio candidatou-se ao cargo.
- II. Alice não se candidatou ao cargo.
- III. Cláudio não se candidatou ao cargo.

É necessariamente verdadeiro o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

9. A chamada *cifra de César* é um dos mais simples e antigos métodos para codificar uma mensagem. Tal método consiste em trocar as letras do alfabeto por outras, de modo a avançar ou recuar um número fixo de letras. Dado, por exemplo, o número fixo 3, a letra A seria substituída pela letra D, a letra B pela letra E, e assim por diante, até chegar à letra Z, que seria substituída pela letra C, percorrendo circularmente um alfabeto de 23 letras. Dado um número fixo negativo, em vez de avançar, a cifra de César faz com que se recue no alfabeto para fazer as substituições.



Uma pessoa usou a cifra de César com o número fixo 15 para codificar uma mensagem. Para decodificar essa mesma mensagem, pode-se aplicar a cifra de César novamente à mensagem codificada, usando, agora, o número fixo

- (A) 15.
- (B) -8.
- (C) 14.
- (D) 8.
- (E) -12.

10. Uma empresa busca um perfil profissional específico para suprir um cargo, em que o ideal é que o profissional apresente os seguintes atributos:

- conhecimento matemático avançado;
- disponibilidade para trabalhar aos finais de semana;
- experiência com programação de planilhas de custo.

A primeira etapa de recrutamento envolveu a submissão e análise de currículos. Foram recebidos 43 currículos, em que se apurou o seguinte:

- 3 candidatos não tinham nenhum dos atributos requeridos.
- Apenas 5 candidatos tinham todos os três atributos requeridos.
- Todos os candidatos com disponibilidade para trabalhar aos finais de semana tinham pelo menos mais um atributo requerido.
- Ao todo, 13 candidatos tinham pelo menos conhecimento matemático avançado e experiência com programação de planilhas de custo.
- Ao todo, 12 candidatos tinham pelo menos experiência com programação de planilhas de custo e disponibilidade para trabalhar aos finais de semana.
- Ao todo, 17 candidatos tinham apenas um dos atributos requeridos.

Para a segunda etapa de recrutamento, que consiste numa entrevista, serão chamados os candidatos que apresentam pelo menos dois dos atributos requeridos, sendo um deles, necessariamente, o conhecimento matemático avançado. Assim, a quantidade de candidatos que serão chamados para entrevista é

- (A) 16.
- (B) 13.
- (C) 18.
- (D) 20.
- (E) 10.



### Noções de Informática

11. No Portal da Transparência do Governo do Estado do Maranhão constam os gastos do Poder Executivo nos últimos 3 anos, conforme planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2010, em português:

	A	B	C	D
1	2015	2016	2017	2018
2	11.390.844.365,93	12.956.037.142,47	14.230.637.049,44	

(Adaptado de: [http://www.transparencia.ma.gov.br/app/transparencia-cidada/gastos-publicos/?exer\\_ano=2018#lista](http://www.transparencia.ma.gov.br/app/transparencia-cidada/gastos-publicos/?exer_ano=2018#lista))

Para prever as despesas referentes ao próximo ano (2018), a partir dos valores gastos em 2015, 2016 e 2017,

- (A) utiliza-se na célula D2 a fórmula =TENDÊNCIA (B2:D2).
- (B) selecionam-se as células A2, B2 e C2, pressiona-se o botão esquerdo do mouse sobre a alça de preenchimento do grupo de células selecionado, arrasta-se até a célula D2 e solta-se o botão do mouse.
- (C) utiliza-se na célula D2 a fórmula =PROJ.LIN (B2:D2).
- (D) selecionam-se as células A2, B2 e C2, clica-se na guia Dados e na opção Gerar Projeção do grupo Ferramentas de dados. Na janela que aparece, clica-se no botão Gerar à direita.
- (E) utiliza-se na célula D2 a fórmula =PROJ.LOG (B2:D2).
- 
12. Uma das recomendações de segurança para quem utiliza o Windows 10 é que, ao deixar o computador do trabalho por alguns instantes, se bloqueie a área de trabalho para evitar que pessoas mal-intencionadas possam aproveitar o momento para acessar dados confidenciais do usuário que se ausentou, ou possam usar o sistema como se fossem ele. Para acessar a tela onde é possível bloquear a área de trabalho, deve-se pressionar a combinação de teclas
- (A) Ctrl + Break.
- (B) Ctrl + Shift + Del (ou Ctrl + Shift + Delete).
- (C) Ctrl + Alt + Del (ou Ctrl + Alt + Delete).
- (D) Ctrl + End.
- (E) Ctrl + Alt + Break.

### Noções de Direito Constitucional

13. Carlos e Mário, servidores de certo Estado da Federação, titulares de cargos públicos efetivos, foram flagrados cometendo atos de violência física contra outro servidor, em ambiente de trabalho. Em razão desses fatos, Carlos, que contava com quatro anos de efetivo serviço público à época dos fatos, foi condenado à pena de demissão em processo administrativo em que lhe foi assegurada a ampla defesa. Mário, por sua vez, que contava com um ano de efetivo serviço público à época dos fatos, não foi aprovado na avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade, concluída quando contava com dois anos e meio de efetivo serviço público. Considerando essa situação à luz da Constituição Federal,
- (A) o desligamento de Carlos do serviço público observou as normas constitucionais nessa matéria, mas a avaliação relativa a Mário é irregular, uma vez que concluída quando o servidor já tinha adquirido a estabilidade.
- (B) o desligamento de Carlos do serviço público e a avaliação de Mário são compatíveis com as normas constitucionais nessa matéria.
- (C) o desligamento de Carlos do serviço público observou as normas constitucionais nessa matéria, mas a avaliação de Mário não poderia ter sido realizada por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) as decisões relativas a Carlos e a Mário não observaram as normas constitucionais nessa matéria, uma vez que Carlos somente poderia perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado, sendo que Mário já havia adquirido a estabilidade quando concluída a avaliação a seu respeito.
- (E) a avaliação de Mário é compatível com as normas constitucionais nessa matéria, mas a decisão relativa a Carlos é irregular, uma vez que somente poderia ter sido demitido por sentença judicial transitada em julgado.
- 
14. A Administração pública pretende, o mais rápido possível, preencher cargos públicos efetivos e cargos públicos em comissão, já existentes e vagos, vinculados à Secretaria da Saúde, como medida para que o atendimento médico à população seja realizado em tempo razoável, evitando-se o agravamento de moléstias em razão da demora na prestação regular do serviço. Para tanto, a Administração pública deverá realizar
- (A) processo seletivo simplificado para preencher os cargos efetivos, sendo que os demais são de livre nomeação pela autoridade administrativa.
- (B) concurso público para preencher ambos os cargos, tendo em vista o princípio da igualdade no acesso aos cargos públicos.
- (C) processo seletivo simplificado para preencher ambos os cargos, prestigiando os princípios da eficiência administrativa de um lado e da igualdade no acesso aos cargos públicos de outro.
- (D) concurso público de provas ou de provas e títulos, dependendo da natureza e da complexidade do cargo, para preencher os cargos efetivos, e processo seletivo simplificado para preencher os cargos em comissão, tendo em vista os princípios da igualdade e da eficiência administrativa.
- (E) concurso público de provas ou de provas e títulos, dependendo da natureza e da complexidade do cargo, para preencher os cargos efetivos, sendo que os demais são de livre nomeação pela autoridade administrativa.

**Noções de Direito Administrativo**

15. A criação de uma empresa estatal por um município, cuja função seja a fiscalização, organização, autuação e aplicação de medidas administrativas em razão de infrações à legislação de trânsito,
- (A) é ilegal e inconstitucional, já que os entes da Administração indireta não podem exercer poder de polícia, embora estejam sujeitos ao regime jurídico de direito público.
  - (B) depende de autorização legislativa para o exercício de atos decorrentes do poder de polícia municipal, mas não é necessária a edição de lei para que possam ser criadas empresas estatais prestadoras de serviço público.
  - (C) é compatível com o ordenamento jurídico, considerando que as empresas estatais devem ser prestadoras de serviços públicos, sendo inerente a essa atividade o exercício de poder de polícia.
  - (D) viola o ordenamento jurídico, já que o poder de polícia é privativo da Administração pública direta, não admitindo nenhum tipo de delegação.
  - (E) é coerente com a descentralização administrativa, que inclui a criação de pessoas jurídicas para integrar a Administração indireta, tal qual a empresa estatal criada, que pode exercer poder de polícia, observados os limites dessa delegação pelo município.
- 
16. A imposição da obrigação de licitar para a Administração pública pode ser afastada em algumas situações previstas na legislação, havendo hipóteses em que essa desnecessidade se dá em razão do objeto ou em razão da pessoa. Nos casos de contratação de serviços
- (A) as contratações diretas podem se dar em razão do valor, até o limite de R\$ 20.000,00, desde que não configure fracionamento de um mesmo objeto no mesmo exercício financeiro.
  - (B) quando a natureza das contratações indicar o cabimento do sistema de registro de preços, há obrigatoriedade de licitação pela modalidade aderente ao valor dos bens ou serviços.
  - (C) é vedado fracionar as contratações do mesmo objeto, tal qual cindir o serviço em vários contratos de vigência reduzida, para lhes reduzir o valor, a fim de viabilizar a incidência da norma de dispensa de licitação em razão do valor.
  - (D) é obrigatória a realização de licitação, independentemente do valor, sendo possível, no entanto, utilizar o pregão como modalidade de licitação, em substituição à modalidade mais complexa.
  - (E) deve ser adotada a modalidade convite, em razão da natureza do objeto, o que torna inexigível a competição, já que todos os interessados podem se credenciar para a contratação.

**Legislação Previdenciária**

**Atenção:** Para responder às questões de números 17 a 20, considere a Lei nº 6.107/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

17. No tocante à contagem do tempo de serviço dos servidores públicos civis do Estado do Maranhão, considere:
- I. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de 365 dias.
  - II. Serão consideradas como tempo efetivo de exercício as faltas abonadas a critério do chefe imediato do servidor, no máximo de 5 dias por mês, desde que não seja ultrapassado o limite de 20 dias por ano.
  - III. O desempenho de mandato eletivo anterior ao ingresso no serviço público estadual contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.
- Está correto o que consta em
- (A) I, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I e III, apenas.
- 
18. Consideram-se, dentre outros, dependentes econômicos do servidor público do Estado do Maranhão para efeito de percepção do salário-família:
- (A) o(a) companheiro(a), os filhos, inclusive os enteados e adotivos até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos, ou se inválido, de qualquer idade.
  - (B) o(a) companheiro(a), os filhos, inclusive os enteados e adotivos até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos, ou se inválido, de qualquer idade.
  - (C) somente os filhos, inclusive os enteados e adotivos até 21 anos de idade, ou se inválido, de qualquer idade.
  - (D) somente os filhos legítimos e adotivos até 18 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos, ou se inválido, de qualquer idade.
  - (E) o(a) companheiro(a), os filhos, inclusive os enteados e adotivos até 21 anos de idade, a mãe e o pai sem economia própria, os avós sem economia própria.
- 
19. Fátima, servidora pública do Estado do Maranhão irá contrair núpcias. Neste caso, poderá ausentar-se sem prejuízo da contagem de seu tempo de serviço e sem desconto em sua remuneração por até
- (A) 5 dias.
  - (B) 8 dias.
  - (C) 3 dias.
  - (D) 10 dias.
  - (E) 2 dias.
- 
20. Sérgio é servidor público do Estado do Maranhão e recebeu um convite para assumir outro cargo público remunerado. Neste caso,
- (A) ele não poderá acumular cargos públicos, em qualquer hipótese, ainda que receba remuneração pela participação em Conselho de Administração e Fiscal de Empresa Pública Estadual.
  - (B) ele não poderá aceitar o convite, pois de forma alguma é possível acumular remuneradamente dois cargos públicos.
  - (C) ele não poderá acumular cargos públicos, em qualquer hipótese, ainda que receba remuneração pela participação em Conselho de Administração e Fiscal de Sociedade de Economia Mista.
  - (D) ele poderá acumular cargos públicos desde que em autarquias e empresas públicas.
  - (E) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, ele não poderá acumular remuneradamente dois cargos públicos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Acerca do mundo do trabalho considere:

- I. todo ato de trabalho resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade imediata.
- II. nas sociedades divididas em classe, o ato do trabalho passa a ser também, mas não só, uma relação de poder entre os homens.
- III. o resultado do processo de trabalho pode ou não ser uma transformação da realidade.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

22. No que concerne às transformações no mundo do trabalho, relacione as categorias com os enunciados abaixo.

- 1. trabalho.
- 2. força produtiva.
- 3. complexo social.
- 4. capital.

- ( ) relação social que se caracteriza pela expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores.
- ( ) processo composto pela prévia ideação e pela objetivação.
- ( ) resulta sempre na transformação da realidade, do indivíduo e sociedade envolvidos.
- ( ) toda relação social que entra no processo de reprodução material da sociedade.
- ( ) conjunto de relações sociais que se distingue das outras relações pela função social que exercem no processo produtivo.

Preenchem os parênteses, correta e respectivamente, de cima para baixo, o que consta em

- (A) 1,2,1,3,4.
- (B) 4,1,1,2,3.
- (C) 3,2,1,1,4.
- (D) 1,1,2,3,4.
- (E) 3,1,4,2,1.

23. No Brasil, a política social teve um desenvolvimento lento, débil e tardio. Nas primeiras décadas do século XX, a questão social foi tratada pelo Estado como caso de polícia. A partir de meados dos anos de 1930, no período da ditadura Vargas, o Estado

- (A) criou um complexo sistema de gestão e regulação dos conflitos sociais, marcado pela ideia de colaboração entre as classes.
- (B) promoveu a organização sindical sob a perspectiva de participação e controle social.
- (C) tornou-se *locus* de produção de dissensos, de dominação e de repressão.
- (D) regulou a economia de mercado e assegurou o pleno emprego.
- (E) foi provedor de benefícios sociais irrestritos, e a previdência privada desempenhou um papel fundamental.

24. O Estado de Bem-Estar Social é erigido sob o princípio de que os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social. São modelos de Estado de Bem-Estar Social:

- (A) residual, corporativo e contratual.
- (B) liberal, meritocrático e conservador.
- (C) contratual, meritocrático e social-democrático.
- (D) liberal, conservador e social-democrático.
- (E) residual, total-redistributivo e liberal.

25. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. No que se refere às mudanças na concepção civilista sobre a capacidade legal da pessoa com deficiência, a LBI

- (A) determinou que a curatela afetará não só os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, mas também, e principalmente, sua capacidade de escolha.
- (B) requalificou a medida de proteção por meio da curatela e criou nova salvaguarda com a tomada de decisão apoiada.
- (C) dispôs que, no caso de pessoa em situação de institucionalização, o juiz deve designar como curador o diretor da instituição.
- (D) instituiu que é obrigatório à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- (E) dispôs que, no processo judicial de tomada de decisão apoiada, devem participar somente as duas pessoas indicadas como apoiadoras e o juiz, assistido por uma equipe multidisciplinar.



26. O artigo 3º do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, assim como o artigo 230 da Constituição Federal de 1988, atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparo aos idosos, de forma a assegurar-lhes seus direitos fundamentais e atender suas principais necessidades. No parágrafo único desse artigo, é disposto sobre a garantia de prioridade que compreende
- (A) o atendimento imediato, individualizado e de qualidade junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
  - (B) a faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
  - (C) a prática de esportes e de diversões nas unidades esportivas municipais.
  - (D) a destinação de 5% do orçamento público nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso.
  - (E) a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos.

27. A seção III, da Família Substituta, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, traz que a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente. Utilizando 1-guarda, 2-tutela e 3-adoção, complete as lacunas abaixo.

- I. O deferimento da ..... de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público, salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente.
- II. A ..... será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 anos incompletos.
- III. A ..... depende do consentimento dos pais ou do representante legal da criança ou do adolescente.
- IV. A ..... poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- V. A ..... será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso.

As lacunas dos itens I, II, III e IV são preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) 1 - 2 - 3 - 1 - 3
- (B) 1 - 1 - 2 - 3 - 3
- (C) 3 - 1 - 2 - 2 - 1
- (D) 2 - 1 - 1 - 3 - 3
- (E) 3 - 2 - 1 - 2 - 1

28. A Lei nº 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, traz, no artigo 12, que em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, o seguinte procedimento, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

- (A) fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- (B) ouvir o agressor e as testemunhas.
- (C) remeter expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- (D) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- (E) prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

29. Sobre as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que são prestadas aos cidadãos e às famílias em dadas situações, considere:

- I. As situações pertinentes à concessão dos benefícios eventuais se caracterizam em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública.
- II. A concessão e o valor dos benefícios são definidos por lei federal e previstos no orçamento.
- III. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das 3 esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% do salário mínimo para cada criança de até 6 anos de idade.

Está correto o que consta em

- (A) I, II, III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.





30. Acerca da promoção, proteção e recuperação da saúde, das alterações no artigo 7º da Lei Orgânica da Saúde (LOS), em 2017, inclui-se um novo princípio, qual seja:
- (A) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
  - (B) preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
  - (C) igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
  - (D) direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.
  - (E) organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.
- 
31. Uma das doenças do trabalho, de acordo com os artigos 20 e 21 da Lei nº 8.213/1991, é a doença
- (A) endêmica adquirida pelo segurado habitante de região em que ela se desenvolva.
  - (B) inerente a grupo etário do segurado.
  - (C) proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade.
  - (D) proveniente de acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho.
  - (E) degenerativa, adquirida pelo segurado no ambiente de trabalho.
- 
32. A intervenção profissional do/da assistente social tem, como matéria-prima, expressões ou manifestações da questão social. Na atual conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, de erosão das bases da ação social do Estado e de desmontagem dos direitos sociais, civis e econômicos, à questão social é dado um destaque, qual seja:
- (A) a interpretação revolucionária e ideológica da questão social.
  - (B) a coesão social que surge como pressuposto para o trato da nova questão social.
  - (C) a análise individualista e burocrática da questão social em detrimento da efetividade.
  - (D) as defesas de alternativas privatistas para a questão social.
  - (E) o enfoque maniqueísta sobre a questão social.
- 
33. Os termos moral e ética são várias vezes confundidos e usados como sinônimos, mas, considerando a diferença entre a vida prática e o conhecimento teórico, bem como entre o indivíduo em sua singularidade e o humano genérico:
- (A) moral faz parte de um conhecimento teórico desde as sociedades primitivas, enquanto a ética só surge com os gregos no interior do conhecimento filosófico.
  - (B) moral, enquanto prática, é uma resposta às necessidades individuais, que devem existir, com a reflexão teórica sobre ela. É a aproximação à ética que permite essa reflexão.
  - (C) ética, enquanto ação, supõe a escolha consciente e livre, já moral se norteia pelo caráter normativo de forma mecânica e acrítica.
  - (D) moral é parte constitutiva de todas as formas de práxis, ética é a relação com o outro, aceitando conscientemente que ele participa de minha existência.
  - (E) moral é a prática dos indivíduos em sua singularidade, ética é a reflexão teórica e ação livre voltada ao humano genérico.
- 
34. Frente a ética profissional e o projeto ético-político da profissão, considere:
- I. O conteúdo da ética profissional é construído na prática cotidiana, espaço de confronto com situações de conflito que demandam um posicionamento de valor.
  - II. As condições adversas da prática profissional impõem limites à ética profissional.
  - III. A práxis política se coloca como o meio adequado à realização da ética profissional.
- Está correto o que consta em
- (A) I, II e III.
  - (B) III, apenas.
  - (C) II, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I e III, apenas.
- 
35. A noção de família não pode ser entendida como um conceito I e II. Este se configura a partir de uma pluralidade de fatores mutáveis, que concorrem para sua caracterização conforme os aspectos culturais, sociais e econômicos de um determinado III e de um determinado IV.
- Completam, correta e respectivamente, as lacunas I, II, III e IV
- (A) amplo - dinâmico - modelo social - contexto social
  - (B) multifacetado - estruturado - processo social - período histórico
  - (C) patriarcal - machista - sujeito social - contexto social
  - (D) uniforme - estático - grupo social - contexto histórico
  - (E) complexo - estável - processo social - sistema produtivo



36. Na contemporaneidade, a gestão de pessoas tem se configurado como um campo para a atuação do/da assistente social tanto no tratamento de questões pessoais do trabalhador, como na assessoria no que tange à modernização das relações de trabalho. Sendo assim, a atuação do assistente social em empresas requer um perfil
- (A) generalista.
  - (B) unidisciplinar.
  - (C) militante.
  - (D) clientelista.
  - (E) autoritário.
- 
37. O trabalho com família(s) é inerente à história do Serviço Social e, ao longo dos anos, vem requerendo do/da assistente social a adoção de instrumentos para melhor conhecer as condições de vida das famílias com as quais trabalha. A investigação, além de favorecer essa compreensão, também é uma forma de
- (A) monitorar as informações fornecidas pela(s) família(s).
  - (B) selecionar a(s) família(s) de programas sociais.
  - (C) produzir conhecimento sobre a(s) família(s).
  - (D) punir a(s) família(s) em descumprimento de condicionalidade.
  - (E) verificar a idoneidade das informações.
- 
38. Entre as atividades cotidianas do/da assistente social está: o planejamento das ações; a supervisão técnica de serviços; a assessoria e consultoria tanto para o setor público, quanto para o setor privado. Por vezes, há confusão entre a contratação de assessoria e consultoria, visto que a distinção entre ambas é pequena. Sendo assim, é considerada como assessoria a
- (A) verificação de uma determinada situação no espaço organizacional.
  - (B) identificação de problemas técnicos no serviço socioassistencial.
  - (C) emissão de opinião técnica sobre um programa/projeto/atividade.
  - (D) escuta da equipe técnica responsável pelo desenvolvimento de um programa/projeto/atividade.
  - (E) preparação de uma equipe técnica para construção de programa/projeto/atividade.
- 
39. As ações de redução de danos, como a troca e a distribuição de agulhas e seringas, se mostraram eficientes ao longo da última década; todavia, o tema exige ações transversais e multissetoriais, uma vez que o uso de álcool e outras drogas é realizado por usuários com modos e estilos de vida distintos. Sendo assim, o/a assistente social que atua nesta área deve considerar a família como agente
- (A) causador da drogadição.
  - (B) promotor de proteção na prevenção.
  - (C) mediador para o uso de álcool e outras drogas.
  - (D) responsável pelo tratamento do usuário de álcool e outras drogas.
  - (E) responsável pelo processo de redução de danos.
- 
40. Nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, o trabalho do/da assistente social tem como base alguns conceitos que orientam sua compreensão da(s) situação(ões) de vida dos usuários do serviço. Nesse sentido, o conceito de vulnerabilidade da(s) pessoa(s) que vive(m) com HIV/Aids e DST deve estar associado
- (A) à presença de rede de atenção primária.
  - (B) à oferta de medicamento(s).
  - (C) a fatores culturais e sociais.
  - (D) às campanhas de prevenção e distribuição de preservativos.
  - (E) à presença de centros de testagem e campanha educativa.
- 
41. O Centro de Atenção Psicossocial é um espaço sociocupacional em constante tensão decorrente dos ideais do Projeto Ético-Político do/da assistente social frente às determinações da política institucional. Todavia, é também um espaço de enfrentamento da
- (A) redução de danos.
  - (B) privatização dos serviços.
  - (C) lógica manicomial.
  - (D) internação compulsória.
  - (E) medicalização do usuário.
- 
42. A ausência do trabalhador ao local de trabalho é denominada absenteísmo e suas causas são tanto doenças, como problemas com transporte, dentre outras. Trata-se de uma situação de absenteísmo amparada por lei:
- (A) mudança de domicílio.
  - (B) festas religiosas.
  - (C) separação/divórcio.
  - (D) problemas familiares.
  - (E) problemas financeiros.



43. As áreas de saúde ocupacional e segurança do trabalho visam estabelecer condições e critérios que assegurem a qualidade de vida dos trabalhadores. Nesse sentido, o ambiente de trabalho deve oferecer
- (A) geladeira e fogão.
  - (B) bem-estar emocional.
  - (C) creche para os filhos dos funcionários.
  - (D) toailete unissex.
  - (E) área para fumantes.
- 
44. A qualidade de vida no ambiente de trabalho é composta tanto por ações promotoras de desenvolvimento profissional, quanto pela melhoria das condições ambientais gerais. A implantação de ações pró-qualidade de vida no ambiente de trabalho devem conciliar os interesses
- (A) do trabalhador, apenas.
  - (B) da empresa, apenas.
  - (C) do consumidor, apenas.
  - (D) do trabalhador e da empresa.
  - (E) da empresa e do consumidor.
- 
45. A cultura organizacional de uma empresa é representada pelo conjunto de hábitos e crenças definidas por meio de normas, valores e atitudes compartilhadas pelos membros dessa organização. Já o sistema social desta empresa é formado por
- (A) relações entre as pessoas.
  - (B) ações sociais desenvolvidas.
  - (C) responsabilidade social empresarial.
  - (D) certificação ISO.
  - (E) hierarquia institucional.
- 
46. A motivação de um colaborador é percebida por meio de seu comportamento no ambiente de trabalho, dedicando-se ele a produzir mais, ou ainda propondo melhorias para esse ambiente. Uma ferramenta usada para motivação é
- (A) utilização de telefone móvel corporativo.
  - (B) utilização de carro corporativo.
  - (C) contratação de mão de obra.
  - (D) aproveitamento de mão de obra interna.
  - (E) otimização das atribuições.
- 
47. No ano 2000, o governo federal estabeleceu regras gerais e critérios para promoção da acessibilidade em órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, bem como em empresas prestadoras de serviços públicos e nas instituições financeiras, de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. De acordo com o decreto, uma pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tem
- (A) alteração parcial de um ou mais segmentos do corpo humano.
  - (B) alteração completa apresentando-se sob a forma de nanismo.
  - (C) membros com deformidade congênita.
  - (D) comprometimento da função física.
  - (E) redução efetiva da coordenação motora.
- 
48. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais é uma normativa que padroniza os serviços de proteção básica e especial em todo o território nacional. Conforme a tipificação, o PAIF tem como finalidade o fortalecimento da função protetiva da(s) família(s). Sendo assim, deve priorizar o atendimento de
- (A) famílias que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência física.
  - (B) crianças de até 6 anos com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC.
  - (C) pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.
  - (D) jovens egressos de medida socioeducativa de internação.
  - (E) pessoas com deficiência e com dependência, seus cuidadores e familiares.
- 
49. Durante as duas últimas décadas do século XX o mundo vivenciou o aumento dos casos de pessoas com HIV/Aids. No Brasil, a partir de 1996, o SUS assume tanto o acesso aos medicamentos, como também os parâmetros para prevenção e assistência às DSTs/Aids. As áreas de promoção, proteção e prevenção à saúde das pessoas com HIV/Aids são compostas por:
- (A) Saúde primária e Drogas.
  - (B) Comunicação Social e Direitos Humanos.
  - (C) DSTs e Aids.
  - (D) Saúde Mental e Assistência Domiciliar.
  - (E) Articulação ONG e Comunidade.
- 
50. O absenteísmo deve ser combatido por meio de uma política de prevenção das causas. Entre as medidas de combate estão as medidas processuais que se definem como medidas para
- (A) recolocar o colaborador em seu posto/local de atuação.
  - (B) orientar o colaborador sobre sua capacidade de trabalho.
  - (C) encaminhar o colaborador para o atendimento especializado.
  - (D) reintegrar o colaborador à empresa/instituição.
  - (E) dificultar o comportamento de ausência.